

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete da Ministra

Despacho n.º 7760/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 43.º n.º 5, alínea b) e n.º 6, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, por acórdão de 23 de junho de 2015, é nomeado Diretor de Unidade, na Unidade Disciplinar e de Inspeção da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Senhor Procurador da República, Licenciado Vítor Francisco da Cruz Melo, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

3 de julho de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota curricular

Nome: Vítor Francisco da Cruz Melo
 Data de nascimento: 15 de novembro de 1961
 Naturalidade: Sé — Guarda
 Habilitações Académicas/profissionais: Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1986; Ingressou no C.E.J. em 19 de setembro de 1988, como auditor de justiça, concluindo o VII Curso Normal de Formação
 Carreira profissional: Delegado do Procurador da República/Procurador-Adjunto nas comarcas de Santarém, Figueiró dos Vinhos, Sabugal, Vila Franca de Xira e em Lisboa, exercendo funções no Tribunal do Trabalho de Lisboa desde 09 de julho de 1996 até 13 de maio de 2003;
 Nomeado como Procurador da República em 01/09/2007, exercendo funções na Comarca Lisboa Noroeste/Lisboa Oeste — Tribunal de Família e Menores da Amadora até à presente data;
 Docente a tempo inteiro da Jurisdição de Direito do Trabalho e da Empresa no C.E.J. desde 15/09/2003 até 15/09/2009;
 Docente a tempo parcial na área de Direito do Trabalho e da Empresa entre janeiro e julho de 2010.
 Outras atividades/funções:
 Magistrado formador do CEJ nos anos de 1998 a 2000;
 Colaborador do CEJ nos anos de 1999 a 2002 na Jurisdição do Trabalho;
 Em 2002 foi designado para integrar como membro efetivo os Júris dos exames orais para ingresso no CEJ;
 Designado pela Procuradoria-Geral da República para, em sua representação, participar no Seminário Internacional sobre “*Emprego, Segurança Social, Imigração e sua Proteção Social*”, realizado em Atenas — Grécia, entre 26-27 de junho de 2003;
 Membro do Grupo de Coordenadores da Área de Direito do Trabalho do SMMP em 2007;
 Membro do Conselho Redatorial da Revista “*Prontuário Direito do Trabalho*” do CEJ desde 2004 até 2009, como responsável pela secção “*Legislação*”, sendo Coordenador da revista desde setembro 2008 até setembro de 2009;
 Interveio como magistrado orientador das equipas portuguesas de Auditores de Justiça que participaram na 3.ª Edição do THEMIS — Initial Training International Competition, organizado no âmbito da Rede Europeia de Formação Judiciária com o apoio do Conselho da Europa e da Lisbon Network, o qual teve lugar na Roménia — Bucareste entre os dias 22 e 26 de setembro de 2008, com participação de 15 países (17 equipas), onde foi obtido o 1.º Prémio da temática ECHR;
 Membro do Conselho Redatorial da Revista do Ministério Público desde 2010;
 Desde 2005 até à presente data veio a ser anualmente designado para integrar como membro efetivo os Júris dos exames escritos para ingresso no CEJ;
 Coordenador da área de Família e Menores da Comarca GLN/ Lisboa Oeste — Amadora desde abril de 2011 até à presente data;
 Seminários, conferências e congressos: Frequentou o seminário sobre a temática “*Fight against Discrimination: The Race and Framework Employment Directives*”, realizado entre os dias 5/6 de março de 2004 pela ERA — Academy of European Law, em Trier, Alemanha.
 Tem, desde 1999 e até à data, várias participações como orador em Conferências, no âmbito de ações de Direito do Trabalho e da Empresa do CEJ, da PGD de Lisboa, da Ordem dos Advogados, CES da Universidade de Coimbra, ACT, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto;
 Foi apresentante nas 6.ª e 7.ª Bienais de Jurisprudência do Centro de Direito da Família da Universidade de Coimbra.

Docências: Interveio, desde 2006 e até à presente data, como docente de Cursos Pós-Graduados de Especialização de Direito do Trabalho organizados pelo Instituto de Direito do Trabalho (IDT) da FDUL, sob a coordenação do Prof. Doutor Pedro Martinez, de Cursos de Pós-Graduação em Direito do Trabalho e de Processo do Trabalho organizados pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Porto, sob coordenação do Prof. Doutor Júlio Gomes e como docente convidado na Licenciatura em Direito da Universidade Nova de Lisboa — Direito do Trabalho, coordenada pelo Prof. Doutor José João Abrantes.

Tem artigos publicados, com temáticas da área laboral, nas Revistas *Sub Judge* (Almedina), *Prontuário de Direito do Trabalho do CEJ*, *Revista do CEJ* e *Cadernos de Estudos do Instituto de Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*

208775982

Despacho n.º 7761/2015

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 38.º e artigo 42.º, n.º 1, alínea b) e n.º 2, da Lei n.º 37/2008, de 6 de agosto, e obtida a autorização do Conselho Superior do Ministério Público, por acórdão de 23 de junho de 2015, é nomeado Diretor de Unidade Territorial na Diretoria do Centro da Polícia Judiciária, em comissão de serviço, o Senhor Procurador da República, Licenciado Rui Manuel Pires de Almeida, possuidor de competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício do cargo, como se evidencia na súmula curricular, publicada em anexo ao presente despacho.

3 de julho de 2015. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.

Nota curricular

Rui Manuel Pires de Almeida.
 Nascido a 24 de setembro de 1966 na freguesia de Aguada de Cima, concelho de Águeda.
 Licenciado em Direito (Ciências Jurídico-Políticas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (curso 1984-1989).
 Frequência de curso de pós-graduação em Direito Penal Económico e Europeu na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
 Frequência do IX Curso Normal de Formação de Magistrados do Centro de Estudos Judiciários entre setembro de 1990 e julho de 1991.
 Tomada de posse como delegado do Procurador da República, em junho de 1993, na comarca do Funchal, onde permaneceu até outubro de 1997.
 Sujeito a inspeção nesta comarca, no ano de 1997, foi-lhe atribuída a nota de *Bom com distinção*.
 Transferência em outubro de 1997 para a comarca de Cantanhede, seguida de destacamento para a comarca de Pombal.
 Exercício de funções na comarca de Pombal entre outubro de 1997 e julho de 2000, onde também desempenhou as funções de magistrado-formador do CEJ.
 Transferência em setembro de 2000 para a secção B do Departamento de Investigação e Ação Penal do Distrito Judicial de Coimbra.
 Sujeito a inspeção no DIAP de Coimbra, no ano de 2002, foi-lhe atribuída a nota de *Muito bom*.
 Participação em diversas ações de formação em Portugal e no estrangeiro, nalgumas delas como palestrante, abrangendo diversos temas:
 «*Escutas telefónicas*», «*A participação do Ministério Público na fase de julgamento*», «*Conferência da União Europeia contra a Fraude*», «*Apresentação do DIAP em comparação com o Ministério Público nas comarcas de competência genérica*», «*Recolha, aquisição e validade da prova e os direitos fundamentais/As escutas telefónicas e as recolhas de imagem e de som*», «*Tráfico de mulheres e prostituição*», «*O Regime Jurídico das Escutas Telefónicas — O ponto de vista do Ministério Público: as perspetivas de reforma*», «*Seminário Eurojust, Lisboa, 21 de abril de 2006*», «*Criminalidade Fiscal*», «*Combate à Corrupção, Prioridade da Democracia*», «*A Utilização dos Instrumentos da União Europeia em Matéria Penal — Auxílio Judiciário e Reconhecimento Mútuo*», «*O combate à fraude carrossel de IVA; intervenção do Ministério Público, da Administração Fiscal e das Polícias*», «*Jornadas Sobre a Revisão do Código de Processo Penal*», «*Criminalidade Económico – Financeira e Criminalidade Fiscal*», «*Aspetos das Revisões do Código Penal e do Código de Processo Penal*», «*O regime processual de intercepção e gravação de telecomunicações*», «*Criminalidade Informática*» e «*Jornada de Trabalho contra a Corrupção em Portugal*»; «*Tráfico de Seres Humanos*»; «*Dever de Reserva: as fronteiras da liberdade de expressão e a não discussão pública de casos judiciais pendentes*»; «*A Polícia Judiciária defende os direitos de quem?*»; «*Sistema Integrado de Informação Criminal e Coordenação Policial*».